

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 808.689 - SC (2015/0279780-9)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADOS : FABRÍCIO ZIR BOTHOMÉ - SC021419
GIOVANA MICHELIN LETTI E OUTRO(S) - SC021422
FABIO ROSA BATTAGLIN - SC030603
AGRAVADO : ADILSON SEEMANN
ADVOGADOS : MARCOS LUIZ RIGONI JUNIOR E OUTRO(S) - SC008380
KLEBER COELHO - SC011669
TATIANA COELHO - SC023641

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/73). PREVIDÊNCIA PRIVADA. AÇÃO REVISIONAL DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OBRIGAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. PRESCRIÇÃO QUE ALCANÇA SOMENTE AS PARCELAS VENCIDAS ANTERIORMENTE AO QUINQUÊNIO QUE PRECEDE AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. INCOLUMIDADE DO FUNDO DO DIREITO. ENTENDIMENTO DOMINANTE ACERCA DO TEMA. SÚMULA 568/STJ. CERCEAMENTO DE DEFESA. IMPERTINÊNCIA DA PROVA PERICIAL ATUARIAL. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ E DA PERSUASÃO RACIONAL. JUÍZO ACERCA DO CONJUNTO PROBATÓRIO. INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. SÚMULA 07/STJ. SUGERIDA QUEBRA DO EQUILÍBRIO ATUARIAL. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fundado nas

alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manejado em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. CONEXÃO. DEMANDA JULGADA. FASE PROCESSUAL DISTINTA. IMPOSSIBILIDADE.

'O reconhecimento da conexão tem por objetivo evitar que sejam proferidas decisões conflitantes por juízos diferentes, de modo que o primeiro que despachou atrai os demais feitos que tenham objeto e causa de pedir em comum. Todavia, se, ainda que de forma superveniente, em razão da demora do direcionamento do processo ao possível juízo prevento, sobrevém a prolação de sentença no processo que atraiu os demais, afasta-se a conexão, haja vista a ausência da possibilidade de possíveis decisões conflitantes, especialmente por se encontrarem os processos em fases processuais distintas.' (T.JSC, Agravo de Instrumento n. 2014.010360-8, de Itajai, rel. Des. Trindade dos Santos, j. 24-07-2014).

INÉPCIA DA INICIAL. PRESENÇA DOS REQUISITOS INSERTOS NO ARTIGO 282 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CARÊNCIA DE AÇÃO. NULIDADE DA SENTENÇA. CERCEAMENTO DE DEFESA. PRELIMINARES AFASTADAS. PREJUDICIAL DE MÉRITO. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

'a prescrição, em se tratando de pretensão relacionada ao pagamento, à restituição e/ou à complementação de benefícios de previdência privada, porquanto obrigação de trato sucessivo, derrui apenas as parcelas vencidas anteriormente ao quinquênio precedente ao ajuizamento da ação, não maculando o direito ao benefício previdenciário ou à revisão de seu ato concessário, vez que afeto o fundo do direito à hipótese de decadência, a qual não consubstancia lapso previsto em lei para a previdência privada.' (TJSC, Apelação Cível n. 2014.013402-9, de Joinville, rel. Des. Henry Petry Junior, j. 21-08-2014).

MÉRITO. INCIDÊNCIA DO REGULAMENTO VIGENTE À ÉPOCA DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. INEXISTÊNCIA DE AFRONTA AO DIREITO ADQUIRIDO. REFORMA DA SENTENÇA, NO PONTO.

'As regras regulamentares aplicáveis ao participante de plano de previdência privada são aquelas vigentes ao tempo em que preenchidos os requisitos necessários para a concessão da aposentadoria complementar.' (TJSC, Apelação Cível n. 2011.016687-6, da Capital, rei. Des. Joel Figueira Júnior, j. 15-04-2014).

UTILIZAÇÃO DE FATOR HIPOTÉTICO DO ÓRGÃO OFICIAL NA

CONFECÇÃO DO CÁLCULO DA RENDA INICIAL DO BENEFÍCIO. ENTIDADE QUE HAVERIA DE SE VALER DO VALOR REAL DO BENEFÍCIO PAGO PELO INSS. FONTE DE CUSTEIO. COMPLEMENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. MARCO DO INCIDÊNCIA. DATA DE CADA PARCELA RECEBIDA A MENOR. ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA. REDISTRIBUIÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO." (e-STJ fls. 478/479).

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ fl. 518).

Em sede de recurso especial, a fundação previdenciária recorrente controverte acerca do parâmetro para o estabelecimento da renda inicial do benefício suplementar do recorrido.

Alega violação aos artigos 103 da Lei n.º 8.213/91; 75 da Lei Complementar n.º 109/2001; e 269, IV, do Código de Processo Civil/73, ao sustento da ocorrência de prescrição quinquenal total (fundo de direito) da pretensão de cobrança das diferenças de valores de complementação de aposentadoria.

No ponto, indica dissídio jurisprudencial acerca da prescrição do fundo de direito.

Na sequência, aduz ofensa aos artigos 1.º, 18 e 19, § 3.º, da Lei Complementar n.º 109/2001, defendendo que o pleito autoral não possui fonte de custeio, devendo-se, assim, observar-se o princípio do equilíbrio atuarial do plano de benefícios.

Aponta, ainda, dissídio jurisprudencial acerca dos critérios de cálculo do benefício inicial da parte recorrida, buscando afastar o entendimento da Corte local que concluiu pela legalidade da utilização do benefício hipotético concedido pelo INSS.

Alega, também, ofensa ao artigo 130 do Código de Processo Civil/1973 ao fundamento essencial de que "a realização de prova pericial atuarial terá o condão de demonstrar o descabimento da pretensão intentada pela parte recorrida, à luz do contrato previdenciário, razão pela qual se constitui num meio hábil para

demonstrar os fatos impeditivos do direito postulado nos autos" (e-STJ fl. 555).

Por fim, indica dissídio jurisprudencial no tocante à imprescindibilidade da prova técnica.

Contrarrazões às e-STJ fls. 634/637.

Em suas razões de agravo, a Fundação agravante infirmou especificamente os fundamentos da decisão da Corte *a quo* que inadmitiu o recurso especial (e-STJ fls. 650/655).

Recebidos os autos neste Superior Tribunal de Justiça, determinei a sua devolução à origem para que o julgamento do recurso permanecesse suspenso até o pronunciamento definitivo desta Corte Superior no REsp n.º 1.435.837/RS, vinculado ao Tema n.º 907/STJ, observando-se, em seguida, o procedimento previsto nos arts. 1.040 e 1.041 do Código de Processo Civil/2015 (e-STJ fls. 685/686).

Entretanto, verificando que o tema tratado pelo REsp n.º 1.435.837/RS, a despeito de ter sido abordado no acórdão recorrido, não foi objeto das razões do recurso especial ora em análise, a Terceira Vice-presidência do TJSC determinou a remessa dos autos a este STJ (e-STJ fl. 714/715).

Os autos retornaram-me conclusos para julgamento (cf. e-STJ fl. 723).

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, esclareço que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/1973 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. (cf. Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

Ato contínuo, o presente recurso não merece guarida.

1. Da prescrição:

O Tribunal de Justiça de origem, ao julgar o recurso de apelação, entendeu que a presente pretensão relacionada à ação de revisão de benefício previdenciário, a envolver obrigação de trato sucessivo, sujeita-se à prescrição quinquenal das

parcelas pretéritas e não do direito à revisão do ato concessivo do benefício previdenciário, o que está afeto à decadência.

Nesse contexto, verifica-se que o posicionamento adotado pelo Tribunal de Justiça *a quo* não merece reparos.

Com efeito, a Segunda Seção deste STJ firmou-se no sentido de que, nas ações nas quais se pleiteia a revisão de renda mensal inicial de benefício previdenciário complementar, a prescrição alcança apenas as parcelas pagas antes do quinquênio que antecede a sua propositura, em razão da incidência das Súmulas n. 291 e 427, ambas do STJ. A propósito, vejam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. ACÓRDÃOS EMBARGADO E PARADIGMA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. MIGRAÇÃO DE PLANO. REVISÃO DO VALOR DO BENEFÍCIO. REGRAS DO CONTRATO EXTINTO. ANULAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL. NECESSIDADE. DECADÊNCIA DO DIREITO. SÚMULA 168/STJ.

1. Aplica-se o prazo decadencial de 4 (quatro) anos nas demandas em que houve a migração do participante de plano de benefícios, por meio de transação extrajudicial, e que buscam a aplicação de critérios estatutários extintos. Isso porque seria necessário declarar-se previamente a nulidade, por vício de consentimento, do ato negocial transigido, com a repristinação do contrato original.

Hipótese dos autos.

2. A revisão de aposentadoria complementar fundada em divergência no cálculo da renda mensal inicial com as regras vigentes à época em que o benefício previdenciário se tornou elegível enquadra-se como obrigação de trato sucessivo e submete-se ao prazo de prescrição de 5 (cinco) anos (Súmulas n.ºs 291 e 427/STJ). Situação retratada no acórdão paradigma.

3. O cabimento dos embargos de divergência restringe-se às hipóteses em que restar configurada a diversidade de tratamento jurídico aplicado por esta Corte Superior a situações fáticas semelhantes (arts. 546 do CPC e 266 do RISTJ).

4. É possível, com base na Súmula n.º 168/STJ, inadmitir embargos de divergência quando a jurisprudência da Corte estiver no mesmo sentido do acórdão embargado.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg nos EREsp 1302621/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/12/2015, DJe 15/12/2015, grifei).

Destarte, por estar o aresto reclamado em consonância com a jurisprudência dominante no sentido de que, nas relações jurídicas de trato sucessivo, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação, o recurso merece desprovimento a teor do enunciado da Súmula 568/STJ.

Referido impeditivo atrai óbice ao recurso especial fundado em ambas as alíneas do permissivo constitucional.

2. Da negativa de produção da prova pericial atuarial:

Relativamente ao tema, o Colegiado local assentou que:

"No caso em apreço, requereu a parte ré a produção de prova pericial atuarial para demonstrar que, para confecção do cálculo da renda inicial de complementação do benefício do autor, aplicou o regulamento vigente.

Porém, como se trata de questão de direito, de forma que a prova pericial não haveria de alterar a solução imposta à lide, não há falar em cerceamento de defesa." (e-STJ fl. 486).

A propósito, no processo civil brasileiro, vigora o preceito do livre convencimento motivado ou persuasão racional do magistrado, de forma que, "ao julgador cabe apreciar a questão de acordo com o que ele entender atinente à lide. Não está o magistrado obrigado a julgar a questão posta a seu exame de acordo com o pleiteado pelas partes, mas sim com o seu livre convencimento (art. 131 do CPC), utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso" (STF, AgRg no Ag 847.887/MG, Primeira Turma, Min. Luiz Fux, DJe 15/02/2012). Nesse sentido, ainda:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. ENTREGA DE ESCRITURA PÚBLICA. RECONVENÇÃO. RESCISÃO DE CONTRATO. INADIMPLEMENTO. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73. NÃO OCORRÊNCIA. EXCEÇÃO DE

SUSPEIÇÃO. DESISTÊNCIA DO INCIDENTE. OFENSA AOS ARTS. 265, III, 266 E 306 DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚM. 282/STF. INDEFERIMENTO DE PROVA ANTERIORMENTE DEFERIDA. INEXISTÊNCIA DE PRECLUSÃO PRO JUDICATO EM MATÉRIA PROBATÓRIA. PRECEDENTES. CONSTITUIÇÃO EM MORA. INTERPELAÇÃO DO CÔNJUGE DO PROMITENTE COMPRADOR. DESNECESSIDADE. INDEFERIMENTO DE PROVA. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. NECESSIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. ANÁLISE ACERCA DE EXISTÊNCIA DE MORA DO VENDEDOR E INEXISTÊNCIA DE MORA DO COMPRADOR. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICES DAS SÚM. 5 E 7 DO STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

[...]

6. Não há falar em cerceamento de defesa pelo indeferimento do pedido de prova testemunhal em razão de o acórdão recorrido entender suficientes as provas documentais trazidas aos autos para comprovação do dano e da responsabilidade, porquanto, no nosso sistema processual, o magistrado é o destinatário da prova, cabendo-lhe, por força do artigo 131 do Código de Processo Civil de 1973, apreciar livremente as provas apresentadas, devendo apenas fundamentar os motivos que lhe formaram o convencimento.

7. O eg. Tribunal de origem, com arrimo no acervo probatório constante dos autos, concluiu que o promitente comprador não realizou o pagamento no tempo e modo previstos em contrato, estando em mora, portanto. Por outro lado, que o atraso na outorga da escritura de compra e venda se deu por motivo alheio à vontade do promitente vendedor. Com efeito, a modificação do entendimento firmado esbarra nos óbices das Súmulas 5 e 7 do STJ.

8. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 438.748/BA, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 25/09/2018).

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. PRONTUÁRIO MÉDICO EXTRAVIADO PELO HOSPITAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. LEGITIMIDADE PASSIVA DO RECORRENTE RECONHECIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. CULPA PELO EXTRAVIO DO PRONTUÁRIO DEMONSTRADA.

INDEFERIMENTO DE PROVA. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. NECESSIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. [...]

4. Não há falar em cerceamento de defesa pelo indeferimento do pedido de prova testemunhal em razão de o acórdão recorrido entender suficientes as provas documentais trazidas aos autos para comprovação do dano e da responsabilidade, porquanto, no nosso sistema processual, o magistrado é o destinatário da prova, cabendo-lhe, por força do artigo 131 do Código de Processo Civil de 1973, apreciar livremente as provas apresentadas, devendo apenas fundamentar os motivos que lhe formaram o convencimento.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 754.524/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 18/08/2017).

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDEFERIMENTO DE PROVA TESTEMUNHAL. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO. AUXÍLIO-ACIDENTE. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE, À LUZ DA PROVA DOS AUTOS, CONCLUIU PELA INEXISTÊNCIA DE SEUS REQUISITOS. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno a quo publicado em 16/09/2016, que, por sua vez, julgara recurso interposto contra a decisão que inadmitira o Recurso Especial, publicada na vigência do CPC/73.

II. O Tribunal a quo concluiu que "a oitiva de testemunhas requerida pelo apelante se revela totalmente desnecessária, ante a suficiência das provas já produzidas", o que não implica em cerceamento de defesa, pois, conforme já decidiu esta Corte, "compete às instâncias ordinárias exercer juízo acerca das provas produzidas, haja vista sua proximidade com as circunstâncias fáticas da causa, cujo reexame é vedado em âmbito de Especial, a teor da Súmula 7/STJ" (STJ, AgRg no AREsp 184.147/RN, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 20/08/2012). No mesmo sentido: STJ, AgRg no AREsp 512.821/CE, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/06/2014; STJ, AgRg no AREsp 393.358/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 20/05/2014.

III. Na espécie, nos termos do acórdão objeto do Recurso

Especial, "o perito judicial concluiu que 'Através do exame clínico, dos exames complementares e vistorias no local de trabalho, a perícia não evidenciou lesão e redução funcional na coluna vertebral lombo-sacra e nos ombros, que caracteriza incapacidade laboral, enquadrável na lei acidentária, ora em vigor' (...) em resposta as indagações formuladas pelo obreiro em impugnação, o expert é claro ao afirmar, na resposta ao quesito 1 (fls. 132), que as alterações físicas apresentadas pelo autor não são incapacitantes e também não possuem nexo causal com o trabalho por ele desenvolvido".

IV. Considerando a fundamentação adotada, o acórdão recorrido somente poderia ser modificado mediante o reexame dos aspectos concretos da causa, o que é obstado, no âmbito do Recurso Especial, pela Súmula 7 desta Corte.

V. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 861.743/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe 16/03/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE DE CHEQUES E DEVOLUÇÃO DE VALORES. 1. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 405, § 3º E 523, § 3º, AMBOS DO CPC/73. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. 2. CERCEAMENTO DE DEFESA. PRODUÇÃO DE PROVA TESTEMUNHAL. INDEFERIMENTO. DESNECESSIDADE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 3. COMISSÃO DE CORRETAGEM. AQUISIÇÃO DE UNIDADE AUTÔNOMA. POSSIBILIDADE DE SE ATRIBUIR TAL ÔNUS AO COMPRADOR, DESDE QUE PREVIAMENTE INFORMADO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO N. 1.599.511/SP. 4. AGRAVO DESPROVIDO.

[...]

2. Os princípios da livre admissibilidade da prova e da persuasão racional autorizam o julgador a determinar as provas que entende necessárias à solução da controvérsia, assim como a indeferir aquelas que considerar desnecessárias ou meramente protelatórias. Na espécie, o Tribunal a quo entendeu, com base nas provas dos autos e amparado nas próprias nuances do caso, que o acervo documental trazido pelas partes cuidou de revelar a possibilidade de pronto julgamento, dispensando maior dilação probatória, sendo desnecessária a produção da prova testemunhal requerida.

Dessa forma, não obstante os argumentos formulados, infirmar o entendimento alcançado com base nos elementos de convicção juntados aos autos, a fim de se concluir pela imprescindibilidade de produção de prova testemunhal, esbarra no enunciado n. 7 da Súmula desta Corte.

3. A jurisprudência desta Corte Superior, através do julgamento do Recurso Especial Repetitivo n. 1.599.511/SP, firmou a seguinte tese: "Validade da cláusula contratual que transfere ao promitente-comprador a obrigação de pagar a comissão de corretagem nos contratos de promessa de compra e venda de unidade autônoma em regime de incorporação imobiliária, desde que previamente informado o preço total da aquisição da unidade autônoma, com o destaque do valor da comissão de corretagem." 4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 865.992/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/10/2016, DJe 07/11/2016).

Nessa ordem de idéias, segundo o Superior Tribunal de Justiça, compete às instâncias ordinárias exercer o juízo acerca das provas produzidas, haja vista sua maior proximidade com as circunstâncias fáticas da causa, razão pela qual o acolhimento da irresignação esbarra no óbice previsto no Enunciado n.º 7/STJ.

Com efeito, elidir a conclusão do aresto impugnado - no sentido de que, "como se trata de questão de direito, de forma que a prova pericial não haveria de alterar a solução imposta à lide, não há falar em cerceamento de defesa" - demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial a teor da Súmula 07/STJ.

No ponto, referente à divergência, não se pode conhecer do recurso pela alínea "c", uma vez que, incidente o óbice da Súmula 07/STJ relativo à alínea "a", prejudicada a divergência jurisprudencial, porquanto as conclusões divergentes decorreriam das circunstâncias específicas de cada processo e não do entendimento diverso sobre uma mesma questão legal.

3. Da complementação da fonte de custeio:

Alegou a Fundação recorrente que o pleito autoral não possui fonte de custeio, devendo-se, assim, observar-se o princípio do equilíbrio atuarial do plano

de benefícios, não podendo prevalecer a conclusão simplista do Tribunal recorrido de que foi a recorrente quem deu causa à inexatidão dos cálculos.

Indicou, também, dissídio jurisprudencial acerca dos critérios de cálculo do benefício inicial da parte recorrida, buscando afastar o entendimento da Corte local que concluiu pela legalidade da utilização do benefício hipotético concedido pelo INSS.

No ponto, asseverou o Tribunal local que:

"No entanto foi a própria apelante quem deu causa à propositura da demanda em razão da inexatidão quanto ao cálculo da renda de benefício da autora.

Ademais, também foi a entidade ré que procedeu ao cálculo dos índices de contribuições suficientes à formação da fonte de custeio, de forma que, doravante, eventual déficit em relação ao fundo haverá de ser por ela suportado" (e-STJ fl. 497).

Portanto, do que se extrai, não há desequilíbrio atuarial, mas sim "inexatidão quanto ao cálculo da renda de benefício da autora", ora recorrida, bem como que foi a recorrente quem "procedeu ao cálculo dos índices de contribuições suficientes à formação da fonte de custeio", assim, "eventual déficit em relação ao fundo haverá de ser por ela suportado", o que demonstrou ser descabida a pretensão da recorrente de passar o custo de seu próprio erro à recorrida.

Destarte, elidir as conclusões acima da Corte local demandaria o revolvimento do quadrante fático-probatório da causa, providências vedadas nesta etapa recursal, a teor da Súmula 07 desta Corte.

Por derradeiro, tendo o Colegiado local concluído com base no conjunto fático-probatório dos autos, impossível se torna o confronto entre o paradigma e o acórdão recorrido, uma vez que a comprovação do alegado dissídio jurisprudencial reclama consideração sobre a situação fática própria de cada julgamento, providência inviável na via eleita por força do enunciado n. 7/STJ. Ao ensejo:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. BURACO EM RODOVIA. NEXO CAUSAL. INEXISTENTE. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO CONHECIDA.

[...]

3. A incidência da referida Súmula 7 impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução à causa a Corte de origem. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp n. 1.522.864/CE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, DJe de 2/6/2015, grifei).

No mesmo sentido:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73. INOCORRÊNCIA. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. NEXO DE CAUSALIDADE. NÃO COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO.

1. Não ocorre ofensa ao art. 535 do CPC/73 quando a Corte de origem decide a controvérsia de forma clara e fundamentada, ainda que contrariamente ao interesse da parte, sendo desnecessária a manifestação sobre todos os argumentos suscitados pelo recorrente.

2. A Corte de origem, amparada no acervo probatório dos autos, asseverou que o nexo de causalidade entre a conduta omissiva estatal e os supostos danos suportados pela parte autora não estava configurado, de maneira que rever tal conclusão demandaria, necessariamente, o reexame de matéria fática, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

3. Resta prejudicada a análise da divergência jurisprudencial quando a tese sustentada já foi afastada no exame do recurso especial pela alínea a do permissivo constitucional.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1224477/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 09/04/2018).

Assim, o recurso especial não merece guarida.

Eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "a", do

Regimento Interno do STJ, conhecimento do agravo para não conhecer do recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
Relator